

INTERNACIONAL



Esta seção trata do ataque dos Estados Unidos, junto com a França e o Reino Unido, à Síria, e da resistência dos estudantes e trabalhadores ferroviários contra a reforma que o presidente da França, Emmanuel Macron, pretende impor por decreto na empresa de transporte ferroviário SNCF. Também aborda negociações pela paz na Península Coreana, a posse do novo presidente cubano, mudanças na Unasul, protestos na Nicarágua e as eleições no Paraguai.

O ataque dos Estados Unidos e aliados à Síria

No dia 13 de abril, os Estados Unidos, junto com a França e o Reino Unido, lançaram mísseis contra a Síria em resposta a um suposto ataque químico que teria sido perpetrado pelo governo de Bashar al-Assad, entretanto, uma hipótese pouco provável. Foi mais um episódio no conflito que já dura sete anos e nem de longe se dá apenas entre o governo sírio e os rebeldes que atuam no país desde a chamada “Primavera Árabe”. Os interesses em jogo envolvem Rússia, Estados Unidos, Turquia, Israel, Irã, seus respectivos aliados e interesses econômicos na área da energia.

Para os Estados Unidos, seus aliados europeus e Israel, o envolvimento sempre visou a queda do atual governo sírio para enfraquecer o “Eixo Xiita” na região, composto por Irã, Síria, Hezbollah no Líbano e parcialmente o Iraque, além de ser um aliado importante da Rússia de Vladimir Putin. Uma eventual vitória dos rebeldes pró-Occidente facilitaria a

construção de uma rota de abastecimento energético em direção à Europa e significaria um inimigo a menos para Israel, além de possibilitar que as Colinas de Golan tomadas da Síria se tornassem território israelense permanente.

Um governo sírio débil também interessaria à Turquia para intervir e impedir a região curda de Rojava de se tornar independente. Já para os russos, a Síria é a única base da qual dispõem no Mediterrâneo, e impedir os europeus de conseguirem uma rota energética alternativa lhes é desejável, pois o petróleo e gás natural russos são exportados para grande parte do Velho Continente. E o Irã quer preservar a integridade de um aliado importante.

Recentemente, Assad derrotou os rebeldes na maioria das regiões sírias com ajuda russa. Ghouta Oriental, o local onde o suposto ataque químico teria ocorrido, era um dos poucos redutos remanescentes da oposição e já estava quase reconquistado pelo governo, ou seja, não fazia sentido que Assad

utilizasse essa tática caso possuísse as armas químicas, devido à reação que provocaria.

Cabe lembrar que seu arsenal químico foi destruído anos atrás sob supervisão da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), que recentemente realizou novas inspeções na Síria. O país é membro da organização, que não constatou a fabricação deste tipo de arma. Portanto, até o momento não há nenhuma prova de que o tal ataque químico tenha ocorrido.

No entanto, as acusações do governo estadunidense e de seus aliados europeus justificaram o bombardeio, mesmo sem provas, como aconteceu quando invadiram o Iraque para depor Saddam Hussein, sob a farsa da existência de armas de destruição em massa no país. As ações bélicas no exterior sempre foram úteis para ressaltar o nacionalismo e disfarçar problemas domésticos. Donald Trump, Theresa May e Emmanuel Macron estão enfrentando problemas em seus governos e o aumento da rejeição às suas políticas, por isso o ataque pode ser um respiro de alívio para as suas popularidades e apoios em queda.

May, que se tornou primeira-ministra do Reino Unido com a missão de completar as negociações do *Brexit*, até agora não obteve êxito. Macron enfrenta resistências de estudantes e trabalhadores para implementar suas reformas. E Trump enfrenta queda na popularidade, ao mesmo tempo em que o Senado tem sido refratário aos seus interesses. Além disso, aposta no robustecimento da indústria bélica, particularmente, no exército, como um dos nortes de suas políticas. Sua proposta orçamentária para o país beneficiou bastante os militares, e as recentes trocas em seu gabinete, com John Bolton na assessoria de Segurança Nacional e Mike Pompeo como Secretário de Estado, valorizaram homens que compartilham a visão belicista do presidente.

Ademais, Trump está enfrentando acusações que ligam sua campanha vitoriosa à presidência a um apoio da Rússia que lhe poderia ter beneficiado. Assim, a “retaliação” na Síria, que fere os interesses de Putin, bem como a expulsão dos diplomatas russos do território estadunidense em resposta ao caso do envenenamento do ex-espião russo Serguei Skripal, exilado na Inglaterra, poderiam funcionar para

afastar da opinião pública o pensamento de que Trump seria aliado de Moscou.

Macron e a resistência na França

No início de abril, os ferroviários franceses decidiram iniciar um movimento de paralisações nacionais contra a reforma que o presidente Emmanuel Macron pretende impor por decreto na empresa de transporte ferroviário SNCF, por meio de privatizações e retirada de direitos dos trabalhadores, sob justificativa de seu déficit orçamentário. A proposta dos sindicatos, majoritariamente filiados à CGT, é realizar uma greve de dois dias a cada cinco, pelo menos, durante três meses.

Até o momento, a greve tem sido forte e a busca de alternativas de transporte por parte dos usuários do sistema público tem gerado enormes congestionamentos nas grandes cidades como Paris e outras altamente dependentes de trens e metrô. Além disso, outras categorias, como os trabalhadores da Air France, também têm realizado paralisações por aumento de salários.

Os estudantes e funcionários de universidades têm paralisado suas atividades em protesto contra a reforma educacional que Macron também tenta promover por decreto, igualmente, com teor privatizante.

Em 1995, propostas semelhantes feitas pelo governo conservador de Allain Juppé enfrentaram enorme resistência de um conjunto maior de trabalhadores e de estudantes, vindo a cair em seguida. Entretanto, o momento é outro, e Macron domina dois terços da Assembleia Nacional, mas sua falta de disposição para negociar e a decisão de apostar apenas na opinião pública que ainda lhe é favorável devido ao discurso de combate ao déficit da SNCF e aos “privilégios” dos ferroviários criam uma forte oposição a ele, desde a esquerda até a direita.

Esperança de paz na Península Coreana

Um lugar que tinha tudo para provocar situações extremamente arriscadas para a paz mundial, a Península Coreana aparentemente entrou em uma situação de maior tranquilidade, principalmente, a partir da destituição por corrupção da conservadora presidenta sul-coreana, Park Geun-Hye, e sua

substituição pelo democrata Moon Jae-in.

Este retomou, sob outros desígnios, a “*Sunshine Policy*” implementada por seus antecessores do Partido Democrata nos anos 1990, visando uma reaproximação entre as duas Coreias, formalmente ainda em “Estado de Guerra” desde o armistício de 1953. Um passo, embora simbólico, muito importante, foi o convite para a Coreia do Norte participar da Olimpíada de Inverno realizada na Coreia do Sul no início do ano. Prevê-se agora a realização de uma Cúpula de Chefes de Estado reunindo Moon, e o presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-un, assim como os diplomatas sul-coreanos, tem aventado a possibilidade de ser assinado um acordo de paz definitivo, colocando fim à “Guerra da Coreia” que arrasou a Península entre 1950 e 1953, no bojo da Guerra Fria.

Kim Jong-un, além de realizar sua primeira visita internacional ao encontrar-se recentemente com o presidente da China, Xi Jinping, em Beijing, também se reuniu com Mike Pompeo, o novo secretário de Estado de Trump, embora ainda não confirmado pelo Senado estadunidense. Fala-se também de uma Cúpula Bilateral entre o líder norte-coreano e o presidente dos EUA em maio ou junho. A ver.

De qualquer maneira, uma solução militar, principalmente nuclear, seria complexa e danosa na região, pois seguramente envolveria, além das duas Coreias, a China, o Japão e até a Rússia que faz fronteira com o norte da Península. Ou seja, além dos Estados Unidos, três dos cinco mencionados acima também são potências nucleares. Por isso, o diálogo em construção é muito melhor do que a disputa retórica sobre quem tem o “maior botão para disparar armas atômicas”.

Novo presidente de Cuba toma posse

Cuba tem um novo presidente, Miguel Díaz-Canel, um engenheiro de 58 anos que, desde 2013, ocupava a posição de primeiro vice-presidente do país. Raúl Castro, seu antecessor, passou-lhe o cargo no dia 19 abril, com a possibilidade de exercer a presidência por dois mandatos de cinco anos, conforme o critério que Raúl já havia instituído para si mesmo. Porém, a transição de governo ainda é gradual, pois Raul Castro continua como deputado da Assembleia Nacional e

presidente do Partido Comunista de Cuba.

Desde o primeiro ciclo das eleições cubanas, que começaram com os pleitos municipais ainda no ano passado, Díaz-Canel já era cotado para assumir o cargo. Ele é o primeiro presidente que nasceu depois da Revolução Cubana em 1959.

Tem pela frente o desafio de consolidar as mudanças econômicas domésticas implementadas durante o governo de Raúl Castro num ambiente externo adverso, principalmente com a ascensão de vários governos de direita na América Latina e com Trump no comando dos Estados Unidos, que quer interromper o degelo entre os dois países iniciado por Barack Obama. Atualmente há nos Estados Unidos um fortalecimento de leis “anti-Cuba”, como o aumento do embargo que já dura mais de cinquenta anos e as dificuldades criadas para cidadãos americanos visitarem a ilha.

A direita deixa a Unasul

A direita sulamericana não consegue se conter em sua ânsia de agradar o governo estadunidense, embora o governo Trump tenha feito pouco esforço para agregar apoios dos países abaixo do Rio Grande. Pelo contrário, tem perseguido os imigrantes latino-americanos no território dos EUA, ameaçado construir um muro na fronteira com o México e adotado medidas protecionistas no comércio com a região.

A mais recente iniciativa dos governos conservadores da América do Sul anunciada pela chancelaria paraguaia foi que o país, além da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, deixariam a Unasul sob a justificativa de que a Secretaria Geral da organização está acéfala desde que terminou o mandato do colombiano Ernesto Sampér e que não havia consenso entre seus integrantes para eleger um substituto.

Esta justificativa não convenceu ninguém, pois em nenhum momento a Unasul foi hegemônica por qualquer setor ideológico e tampouco todos os governos da América do Sul foram de esquerda ou de direita ao mesmo tempo desde que ela foi fundada, dez anos atrás, mas mesmo assim, as decisões eram tomadas.

O que os direitistas de plantão querem é agradar ao

governo dos EUA destruindo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e as iniciativas econômicas e estruturais de integração regional para aderir, provavelmente, a uma nova Área de Livre Comércio das Américas (Alca), defendida pelas empresas multinacionais e seus aderentes às cadeias produtivas globais no continente. Os empresários “cucarachas” preferem produzir e fornecer bugigangas para as empresas principais e aplicar seus lucros no mercado financeiro do que se arriscar em projetos empresariais autônomos e desenvolvimentistas.

É mais uma conquista progressista que se vai sem colocar nada decente no lugar.

Protestos na Nicarágua

Na terceira semana de abril assistimos a intensos protestos na Nicarágua que duraram vários dias e podem ter provocado cerca de trinta mortes. O motivo foi a decisão do governo sandinista, presidido por Daniel Ortega, de implementar uma reforma da Previdência Social e capitalizar o Instituto Nacional de Seguridade Social por meio de aumentos das contribuições previdenciárias de trabalhadores e empregadores e redução dos benefícios em 5%.

A oposição foi geral e unânime, mas duramente reprimida pela polícia e forças de segurança com mortos, feridos e desaparecidos. Ao final até a igreja católica aliada do governo pediu a retirada do projeto, o que acabou acontecendo no fim de semana de 21 e 22 de abril.

A repressão, a imposição da reforma de cima para baixo e a falta de disposição de negociar com as entidades representativas de trabalhadores e empresários causou um forte abalo na popularidade do governo sandinista, que vai demorar a ser recuperada.

Eleições paraguaias

No dia 22 de abril, realizaram-se no Paraguai as eleições presidenciais e departamentais, bem como parlamentares nacionais e para o Parlasul. Para a

presidência, a disputa foi principalmente entre os candidatos da Aliança Nacional Republicana (ANR), o Partido Colorado governista, Mario Abdo Benítez, e Efraim Alegre pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), que se aliou novamente à Frente Guazú, de Fernando Lugo. O mesmo ocorreu quando este foi eleito presidente, em 2008, e depois traído, em 2012, pelo vice do PLRA, Frederico Franco, que se juntou aos colorados para destituí-lo num golpe parlamentar ainda mais descarado do que o brasileiro que vitimou Dilma Rousseff.

Segundo o resultado divulgado pelo Tribunal Eleitoral, por pequena diferença de não mais de cem mil votos, o vitorioso seria Mario Abdo, filho do mais importante colaborador do ditador Alfredo Stroessner e que se elegeu contra a vontade do atual presidente do país, Horacio Cartes, embora prometa que dará continuidade às atuais políticas neoliberais.

Ainda de acordo com os resultados oficiais, na Câmara de Deputados de oitenta membros, os colorados também deveriam alcançar a maioria, mas no Senado a situação seria mais adversa, pois os liberais, somados aos setores de esquerda da Frente Guazú e alguns progressistas, teriam ligeira maioria de 26 senadores contra 25 dos colorados e outros conservadores. Isso obrigaria o novo presidente, previsto para assumir o cargo em agosto, a negociar se quiser aprovar determinados projetos, inclusive com seu próprio partido, pois os colorados estão divididos já há algum tempo.

O setor castigado na eleição foi outra coligação de esquerda, cuja figura mais proeminente é o prefeito de Assunção, Mario Ferreiro, do Partido Revolucionário Febrerista (PRF). Porém, houve divisões no interior da coligação, e o irmão do prefeito que é senador, foi gravado traficando favores na Justiça.

Este texto está em linguagem condicional, pois o senador Fernando Lugo acabou de pedir ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral para interromper o processo de apuração e reiniciar a contagem dos votos sob a alegação que estaria ocorrendo uma fraude generalizada.